

**Reflexões sobre a importância dos espaços livres urbanos e de sua
apropriação pela população: estudo na cidade de Teresina, Piauí**

Wilza Gomes Reis Lopes

Professora Doutora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFPI, Brasil
wilza@ufpi.edu.br

Karenina Cardoso Matos

Professora Doutora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFPI, Brasil
karenina@ufpi.edu.br

Larissa de Fátima Ribeiro Mesquita

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo e Design, UFC, Brasil
larissafm@hotmail.com

Recebido: 2 de fevereiro de 2024

Aceito: 20 de julho de 2024

Publicado online: 10 de setembro de 2024

RESUMO

A distribuição da população no país é predominantemente urbana, sendo cada vez maior o número de pessoas que procuram os núcleos urbanos. Com o aumento dessa população urbana, cresce também, na mesma proporção, a demanda por áreas destinadas a suprir as necessidades básicas desse contingente humano, tais como espaços edificados para atividades habitacionais, comerciais, industriais, de serviços e espaços livres não construídos - responsáveis pela articulação de espaços formadores do tecido urbano. Os espaços livres têm grande responsabilidade na formação da identidade cultural das cidades e também são elementos importantes para a melhoria ambiental, além de serem locais de lazer para a população. A proposta do presente artigo é analisar a distribuição de espaços livres em áreas da cidade e a apropriação de uma praça urbana, tendo como objeto de estudo a zona Sul da cidade de Teresina, Piauí. As praças existentes na zona Sul da cidade foram listadas, quantificadas e mapeadas de forma a responder a tal objetivo. Depois de escolhida a praça a ser analisada, foram feitos o registro gráfico, a documentação fotográfica e a avaliação visual da situação atual dos equipamentos existentes. Foi realizada, ainda, a análise perceptiva do espaço com foco na forma como esse é usado pela população. Os bairros Saci, Parque Piauí, Bela Vista e Promorar, provenientes da implantação de conjuntos habitacionais, mais antigos e mais consolidados, registraram um maior número de praças. A Praça da Integração mostrou-se bastante utilizada pela população de seu entorno, apesar de não apresentar manutenção adequada de seus equipamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços Livres. Qualidade de vida urbana. Lazer. Áreas verdes.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento de espaços livres adequados torna-se cada vez mais necessário em função do crescimento das cidades, do processo de adensamento urbano, da privação de relações e da restrição a ambientes públicos.

Segundo Magnoli (2006, p. 179), “espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso)”.

Na visão de Alvares e Dias (2008, p. 128), espaços livres são responsáveis por diversas funções, muitas vezes sobrepostas, com destaque para “a circulação urbana, a drenagem urbana, atividades do ócio, imaginário e memória urbana, o conforto ambiental, a conservação e a requalificação ambiental, e o convívio público”. Reforça-se, então, sua importância ambiental e cultural, além de seu valor como espaço recreativo e de convivência.

Entre os objetivos dos espaços livres públicos, Matos (2010, p. 18) ressalta o lazer ao afirmar que “o ordenamento dos espaços públicos, sobretudo os de lazer, é actualmente um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano”.

Para Queiroga e Benfatti (2007, p. 81), desde o início das cidades, espaços livres configuram-se como “importante elemento para a vida cidadina. Ruas, largos, praças, pátios, quintais, jardins privados e públicos, parques, avenidas, entre os mais frequentes tipos de espaços livres, formam o sistema de espaços livres de cada cidade” que pode contribuir para melhorar a qualidade de vida urbana.

Valentini, Facco e Conde (2020, p. 52) ressaltam “a necessária integração entre os estudos da paisagem e o sistema de espaços livres públicos urbanos para o planejamento da cidade”, fato que reforça a importância de desenvolver-se estudos sobre este tema.

Magnoli (2006, p. 182), ao afirmar que “o espaço livre público é o espaço da vida comunitária por excelência”, ressalta a necessidade de analisar-se a condição dos espaços livres na cidade, observando como promovem o encontro e sediam a dinamicidade da *urbe*, de forma a contribuir com a melhoria da qualidade de vida urbana.

Na visão de Aliprandi e Tângari (2020, p. 6), “como parte da paisagem urbana, os espaços livres se transformam junto a ela, acompanhando a evolução da cidade”, transformando suas funções e formas para adequar-se à cada sociedade. É importante, então, o desenvolvimento de estudos que avaliem a interação entre pessoas e espaços livres públicos, considerando seu uso e apropriação pelos usuários. Tal processo visa subsidiar, por exemplo, os novos projetos e as reformas das praças para que possam atender, devidamente, os anseios e as demandas da população.

Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi analisar a distribuição de praças no espaço urbano, além do uso e da apropriação delas com foco na zona Sul da cidade de Teresina, Piauí.

2 IMPORTÂNCIA, USO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES

De acordo com Martínez Valdés, Silva Rivera e González Gaudiano (2020, p. 69, tradução nossa), espaços livres públicos referem-se a “locais como praças centrais, ruas, centros desportivos e culturais, entre outros, que representam elemento importante na configuração das cidades”. Oliveira e Mascaró (2007, p. 60) destacam que nos espaços livres há “o acontecimento de práticas sociais momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária”.

O espaço é visto, então, como instância social, assim como a economia, a cultura e a política. O estudo do sistema de espaços livres extrapola as áreas verdes, os espaços vegetados e públicos, pois envolve todos os espaços livres. Partindo-se do princípio de que toda cidade possui um sistema de espaços livres, o qual está em constante transformação e adequação às novas demandas e pressões da cidade, “os sistemas podem ser conceituados como elementos e relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano, da escala intraurbana à regional” (QUEIROGA, 2011, p. 27).

Jacobs (2014, p. 57) classifica o espaço público como um palco indispensável de contato casual não planejado, no qual pessoas que não se conhecem interagem umas com as outras, além de comporem uma rede de interação, “a partir da qual pode florescer a vida pública e exuberante da cidade”. Dessa forma, esses espaços configuram-se como locais essenciais para a qualidade de vida urbana.

Queiroga, (2011, p. 28) enfatiza a importância dos espaços livres, afirmando que, além de áreas com vegetação, essenciais para “a drenagem urbana, para microclimas mais agradáveis, para a biodiversidade e como fator de embelezamento urbano”, destaca-se, também, o uso “dos espaços não vegetados para inúmeras práticas de relevância cultural: das feiras às festas populares, das manifestações políticas à valorização de determinadas paisagens e patrimônios culturais”.

A importância das áreas verdes nas cidades é reforçada por Londe e Mendes (2014, p. 269), quando afirmam que áreas verdes urbanas “além de atribuir melhorias ao meio ambiente e ao equilíbrio ambiental, contribuem para o desenvolvimento social e traz benefícios ao bem-estar, à saúde física e psíquica da população [...]”, fato que mostra a necessidade destes espaços nas cidades.

Nesse sentido, Szeremeta e Zannin (2013, p. 182) ressaltam a importância dos parques urbanos, ao afirmarem que “é possível verificar importantes benefícios à saúde física e mental. O que torna imprescindível a implantação destes espaços para ajudar na melhoria da saúde coletiva e bem estar”, pois possibilitam a convivência dos habitantes em áreas vegetadas, assim como a prática regular de atividades físicas.

Silva, Lopes e Lopes (2011, p. 198) destacam as praças como exemplo de espaços livres públicos vistos como “locais de convívio social e convívio com a natureza, que podem contribuir para a formação e agregação da sociedade, e representam espaços importantes para manifestações culturais, sociais e políticas”. Assim, todos os bairros da cidade devem contar com espaços livres públicos destinados ao convívio e ao lazer da comunidade.

Queiroga (2011, p. 28) ressalta que “os espaços livres públicos são bens de propriedade pública, com diferentes graus de acessibilidade e apropriação”, sendo a praça, o parque e a praia considerados um “bem de uso comum do povo”. Para Lamas (2004), a praça intenciona e enfatiza o desenho urbano como espaço público de importante significado, o que a distingue de outros vazios da cidade.

Para Ortiz e Macedo (2004), espaços livres possuem três características essenciais que determinam sua avaliação: ambientais, funcionais recreativas e de circulação ou paisagísticas, as quais convivem mutuamente. Segundo Lay e Reis (2002, p. 25), “[...] os espaços abertos coletivos deveriam ser o lugar comum, onde residentes têm a oportunidade de realizar as atividades recreacionais e funcionais que propiciam vínculos entre a comunidade”, mas têm sido esquecidos, tanto do ponto de vista físico, quanto social. Cada sociedade possui características próprias, que modificam-se ao longo do tempo para que possam responder às demandas de cada realidade. Então, é importante que seja feito o estudo de espaços livres existentes da cidade, para que sejam analisadas suas atuais condições e, ainda, entender os motivos que possam viabilizar ou não o surgimento e a permanência desses espaços.

Segundo Queiroga (2011, p. 31), é possível observar forte declínio na vida pública e maior valorização da esfera da vida privada. Portanto, é importante desenvolver estudos e fazer maiores investimentos por parte dos gestores na concepção e manutenção de espaços livres públicos, considerando-se que,

Se a vida privada e social tem nos espaços edificados seu maior suporte, a vida pública tem nos espaços livres, sobretudo nos espaços livres públicos, seu maior suporte físico-material para ocorrer, são eles os espaços de maior acessibilidade, de maior capacidade para receber a diversidade, a pluralidade e o imprevisto, características de uma esfera pública mais rica.

Muitas vezes, o planejamento e a gestão dos espaços livres em áreas metropolitanas não têm o status de infraestrutura urbana. Logo, em muitos casos, o tratamento paisagístico torna-se quase inexistente, com exceção de áreas centrais e de bairros de classe alta. Este problema tem reflexo na paisagem da cidade, a qual se apresenta fragmentada. Além disso, espaços privados acabam sendo fortemente defendidos enquanto espaços públicos carecem de melhorias estruturais. Portanto, espaços livres públicos “tornam-se banalizados ou

relegados ao esquecimento, recebendo uma função totalmente diversa daquela planejada, como estacionamentos, terminais de transporte público, pontos de comércio ambulante etc.” (ROSANELI *et al.*, 2016, p. 363).

Mendonça (2007, p. 129) afirma que, “ao mesmo tempo em que os espaços públicos permanecem ambientes desejados pela população e reivindicados por ela ao poder público, cabe reconhecer que convivem com este desejo, [...] série de situações controversas relacionadas ao binômio medo – segurança”, pois os moradores não se sentem seguros para frequentar suas praças e seus parques em muitos locais das cidades.

Lemos e Marx (2019) lembram que espaços livres públicos são importantes ativadores sociais e devem ser constituídos como locais que propiciem o encontro e a comunicação ativa e compreensiva entre distintas realidades e heranças culturais. Dessa forma, devem ser idealizados de forma a atender grupos com perfis diversos e adequados às novas demandas da sociedade.

A falta de apropriação de espaços públicos pelos habitantes da cidade, segundo Mendonça (2007, p. 128), ocorre, em parte, devido “à difusão do medo, associado à violência urbana”. Além disso, “a proliferação de diversões em ambientes fechados e controlados por aparato de segurança e conseqüentemente seletos e excludentes vem alterando costumes, repercutindo em mudanças nas relações sociais relacionadas aos espaços públicos”, o que reduz seu uso. Novas atividades poderiam ser inseridas nos espaços públicos, tornando-os mais convidativos e atraindo mais usuários de forma a reverter esse quadro. Tal processo deixaria esses locais mais vivos e, conseqüentemente, mais seguros.

Silva e Carmo (2017, p. 96), em estudo sobre uma praça na cidade de Colíder, Mato Grosso, identificaram o desejo da população por mais atrativos no local, afirmando que a “humanização dos espaços requer investimentos no setor cultural, pois o capital, não só separa as pessoas dos lugares, mas do contato social entre elas. Por isso, a importância de desenvolver atividades culturais, em espaços públicos, possibilitando a interação entre os indivíduos”. Os autores citam, ainda, atividades em outras cidades, relacionadas à leitura, à capacitação de jovens por meio de oficinas de apresentações de dança, música, capoeira, aulas de zumba, feiras e manifestações culturais entre outros, como exemplos de atividades a serem desenvolvidas nesses espaços.

3 METODOLOGIA

Foi realizado levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações e periódicos visando o aprofundamento teórico-conceitual de aspectos ligados à importância, aos usos e à apropriação de espaços livres, como também, à zona Sul e à cidade de Teresina. Dados secundários do IBGE (2022) e de órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina, como a Superintendência de Ações Descentralizadas Sul (SAAD Sul), foram coletados e pesquisados.

Entre as praças encontradas na zona Sul de Teresina, foi escolhida a Praça da Integração para a análise. Ela está localizada no bairro Parque Piauí e apresenta diversidade de usos, além de estar situada em um bairro bem populoso. Foram realizadas visitas ao local com o objetivo de medir e registrar graficamente o traçado da praça, identificar seus acessos,

equipamentos, mobiliários e a área de vegetação existente. A ligação da praça com seu entorno também foi identificada. Esse procedimento possibilitou a caracterização dos tipos de usos existentes e de como o espaço é usado pelos moradores do Parque Piauí e de outros bairros da Zona Sul da cidade.

4 ESPAÇOS LIVRES DA ZONA SUL DE TERESINA

De acordo com o censo de 2022, Teresina, capital do estado do Piauí, situada na região meio-norte do Nordeste, apresenta população de 866.300 habitantes (IBGE, 2022). A cidade teve origem na necessidade de transferir-se a antiga capital do estado, Oeiras, para a região da vila do Poti, em 1852. A mudança da capital foi idealizada e defendida pelo Conselheiro José Antonio Saraiva, presidente da Província do Piauí, entre 1850 a 1853. A cidade foi planejada para estabelecer logradouros em linhas paralelas, simetricamente dispostas, todas partindo do Rio Parnaíba rumo ao Rio Poti (TERESINA, 1993).

Segundo Lima (2010, p. 30), Teresina foi idealizada “a partir de um rígido formato de xadrez com ruas paralelas partindo do rio Parnaíba, a Oeste, em direção ao rio Poti, contendo um espaço urbano delimitado por dezoito quadras no sentido norte-sul e doze no sentido Leste-Oeste”. Conforme afirmam Lima, Lopes e Façanha (2019, p.3-4), a cidade de Teresina, embora tenha tido um plano inicial, “não apresentava, como ocorre na atualidade, previsões de expansão, sugestões de densidades ou gabaritos, por exemplo. Com o crescimento populacional e a necessidade de mais espaço, extrapolou-se a ocupação urbana do traçado proposto por Saraiva”. A cidade cresceu de forma espontânea até 1969, quando foi elaborado seu primeiro plano urbano: Plano Diretor Local Integrado (PDLI).

A ocupação da Zona Sul de Teresina deu-se a partir do uso do terreno para a construção urbana. Sua localização entre os rios Poti e Parnaíba e as poucas barreiras naturais existentes foram considerados pontos que beneficiaram a implantação da infraestrutura necessária para a expansão da área. Os limites dos rios eram vistos como limites construtivos da cidade; ou seja, o crescimento para a zona Norte da cidade era considerado limitado, pois a zona Sul oferecia as melhores chances de expansão (FAÇANHA, 1998).

Na década de 1950, segundo Lima (2010, p. 33), ocorreu o crescimento da urbanização de Teresina a partir de “transformações verificadas na economia em âmbito nacional e regional, que, ao redefinirem as funções e atividades da estrutura produtiva local, provocaram alterações significativas no quadro urbano”. Esse processo levou à expansão do setor de serviços e ao aumento da população na cidade.

Teresina viveu um processo de rápida urbanização e crescimento urbano, o qual favoreceu o espraiamento e a fragmentação urbanos, principalmente nas regiões mais extremas da cidade. Para Medeiros (2014, p. 561), “o padrão colcha de retalhos de nosso tecido urbano é o elemento que mais decisivamente colabora para a construção de um espaço de fragmentação. [...] São agravados, portanto, os estados de segregação espacial e derivados, distanciamento entre ricos e pobres, dificuldade de locomoção, concentração de renda, baixa produtividade, etc.”

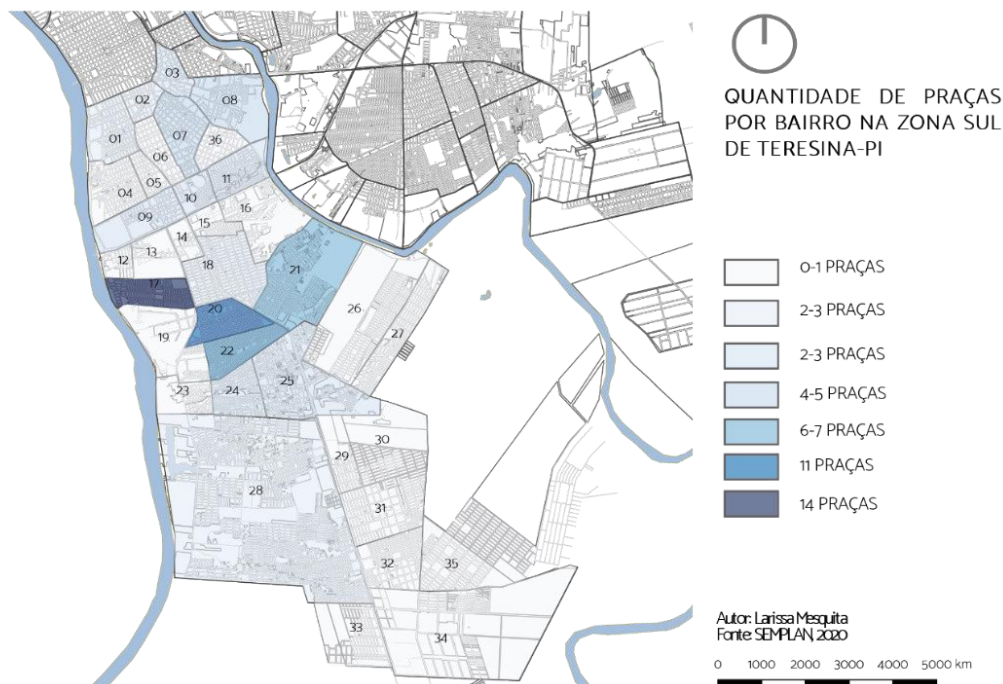
De acordo com Lima (2010, p. 59), algumas cidades do Nordeste cresceram a partir da década de 1960, como foi o caso de Teresina, “movidas pelo setor de serviços, notadamente nas atividades vinculadas ao comércio e à burocracia estatal. Tal incremento favoreceu a ampliação do setor terciário que associados a outros fatores, como maiores oportunidades de trabalho [...]”, assim como contribuiu para o aumento do fluxo migratório do campo para a capital e o conseqüente assentamento irregular de populações na Zona Sul. Dessa forma, observa-se que o processo de urbanização em Teresina não ocorreu em função da industrialização, como no sul do país.

Os grandes vazios urbanos foram progressivamente ocupados, o que determinou um quadro marcado por profundas contradições sociais. Segundo Lima (2010, p. 59), a expansão da cidade para a Zona Sul, na década de 1960, deu-se por meio de uma política habitacional focada na implantação de Conjuntos Habitacionais para populações de baixa renda. Essa ampliação foi possível a partir da construção das avenidas Maranhão e Henry Wall de Carvalho, as quais ligariam a região em crescimento ao Centro da cidade. A periferia da Zona Sul de Teresina contou com a implantação do “primeiro grande empreendimento habitacional – o Parque Piauí, construído em 1967”, financiado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH).

Posteriormente, foram construídos mais conjuntos habitacionais na região, como o Bela Vista (1977), o Saci (1978) e o Promorar (1982). Esse último foi uma tentativa de solucionar o problema da favelização em Teresina (LIMA, 2010).

A Zona Sul é composta por 36 bairros (Figura 1) que correspondem a 28,5% do total de bairros existentes em Teresina, com 273.059 habitantes e a 30,9% da população da cidade (TERESINA, 2019).

Figura 1 - Bairros da zona Sul de Teresina e quantidade de praças



- | | | |
|----------------------------|--------------------------|------------------------|
| 01 - VERMELHA | 13 - PARQUE SÃO JOÃO | 25 - SANTO ANTONIO |
| 02 - Nº SENHORA DAS GRAÇAS | 14 - TRIUNFO | 26 - SÃO LOURENÇO |
| 03 - PIÇARRA | 15 - MORADA NOVA | 27 - PARQUE SUL |
| 04 - SÃO PEDRO | 16 - CATARINA | 28 - ANGELIM |
| 05 - PIO XII | 17 - SACI | 29 - PARQUE JACINTA |
| 06 - MACAÚBA | 18 - LOURIVAL PARENTE | 30 - PARQUE JULIANA |
| 07 - MONTE CASTELO | 19 - DISTRITO INDUSTRIAL | 31 - BRASILAR |
| 08 - CRISTO REI | 20 - PARQUE PIAUÍ | 32 - ESPLANADA |
| 09 - TABULETA | 21 - BELA VISTA | 33 - ANGÉLICA |
| 10 - REDENÇÃO | 22 - PROMORAR | 34 - PEDRA MIÚDA |
| 11 - TRÊS ANDARES | 23 - AREIAS | 35 - PORTAL DA ALEGRIA |
| 12 - SANTA LUZIA | 24 - SANTA CRUZ | 36 - CIDADE NOVA |

Fonte: Teresina (2019), modificado por Larissa Mesquita

Os bairros Saci, Parque Piauí, Bela Vista e Promorar apresentam o maior número de praças. Esses bairros foram responsáveis pelo início da ocupação da zona Sul a partir da implantação de conjuntos habitacionais promovidos por programas de habitação; por isso, são os bairros mais antigos e consolidados. É importante ressaltar, ainda, a pouca presença ou inexistência de praças nos bairros de menor renda, como São Lourenço, Santo Antônio e Areias.

O Quadro 1 apresenta a relação dos bairros da Zona Sul de Teresina, a população de cada bairro, a renda média por habitação, a densidade demográfica por bairro e o número de praças e de parques na referida zona.

Quadro 1 - Bairros da Zona Sul de Teresina, com número de praças, população e renda

N	BAIRRO	PRAÇAS	ÁREA	DENSIDADE DEMOG. (hab/ha)	POPULAÇÃO (hab)	RENDA
1	Angélica	0	1,13 km ²	*	*	*
2	Angelim	2	14,10 km ²	196,8	27.743	800
3	Areias	1	0,95 km ²	31,8	3.024	734
4	Bela Vista	7	3,47 km ²	37,5	12.999	1368
5	Brasilar	0	2,13 km ²	12,9	2.742	1020
6	Catarina	1	1,95 km ²	9,1	1.771	950
7	Cidade Nova	1	0,67 km ²	49,3	3.336	1850
8	Cristo Rei	4	1,79 km ²	47,3	8.474	2400
9	Distrito Industrial	0	1,97 km ²	24,26	4.780	800
10	Esplanada	1	1,5 km ²	122,62	18.393	1000
11	Lourival Parente	2	2,17 km ²	68	14.753	1530
12	Macaúba	0	0,75 km ²	79	5.925	2110
13	Monte Castelo	4	1,34 km ²	81,9	10.981	1600
14	Morada Nova	1	0,54 km ²	113	6.104	1800
15	Nossa Sra. Graças	2	0,52 km ²	76,2	3.964	2010
16	Parque Jacinta	0	0,93 km ²	12,06	1.122	720
17	Parque Juliana	0	2,5 km ²	0,356	89	1145
18	Parque Piauí	11	1,10 km ²	102,8	11.307	1720
19	Parque São João	1	0,95 km ²	29,1	2.765	1300
20	Parque Sul	0	1,49 km ²	*	*	*
21	Pedra Miúda	0	7,38 km ²	*	*	*
22	Piçarra	3	0,65 km ²	56,3	3.662	1900
23	Pio XII	0	0,47 km ²	51	2.395	1350
24	Portal da Alegria	0	1,77 km ²	*	*	*
25	Promorar	8	1,10 km ²	172,6	18.988	1040
26	Redenção	3	0,60 km ²	54,1	3.248	800
27	Saci	14	1,18 km ²	69,4	8.190	2760
28	Santa Cruz	3	1,10 km ²	92,6	10.181	1020
29	Santa Luzia	0	0,48 km ²	15,3	734	1020
30	Santo Antonio	3	3,11 km ²	70,4	21.879	836
31	São Lourenço	0	4,19 km ²	1,13	474	510
32	São Pedro	1	1,31 km ²	67	8.780	1310
33	Tabuleta	3	1,41 km ²	23,2	3.271	1310
34	Três Andares	3	1,10 km ²	115,8	12.739	1090
35	Triunfo	0	0,46km ²	5,4	249	3510
36	Vermelha	2	1,27 km ²	44,6	5.659	2000

*Informações não disponíveis após o censo 2010

Fonte: Teresina (2019)

A forma com que essas praças estão distribuídas está diretamente relacionada à densidade demográfica dos bairros onde se encontram. Pode-se observar que bairros com baixa densidade possuem poucas ou nenhuma praça. Essa baixa densidade é reflexo da construção de conjuntos habitacionais em locais sem infraestrutura urbana adequada, como transporte público, hospitais, escolas, saneamento básico e lazer (como praças). Além disso, esses conjuntos estão localizados em locais isolados e muito distantes de centralidades, fato

que dificulta ainda mais a consolidação de uma vida pública nesses bairros, visto que insegurança e violência são fatores constantes nesses locais.

Destaca-se, ainda, que existem bairros densamente habitados, como Angelim, Esplanada e Morada Nova, que não apresentam quantidade suficiente de praças para atender à demanda de sua população por espaços de lazer. Além da insuficiente quantidade de espaços livres públicos, grande parte das praças existentes não está bem conservada ou não possui estrutura adequada para sua devida apropriação pelos moradores locais, que deveriam ser destinadas ao lazer da população.

Ao observar-se bairros mais antigos, como o Parque Piauí, de 1969, percebe-se a nítida diferença na quantidade de espaços livres disponíveis, bem como, a forma como esses locais são apropriados pelos moradores dos bairros e o efeito de tal fato na qualidade de vida de seus habitantes. Nota-se que houve maior preocupação com a distribuição das praças com base no espaço físico do bairro.

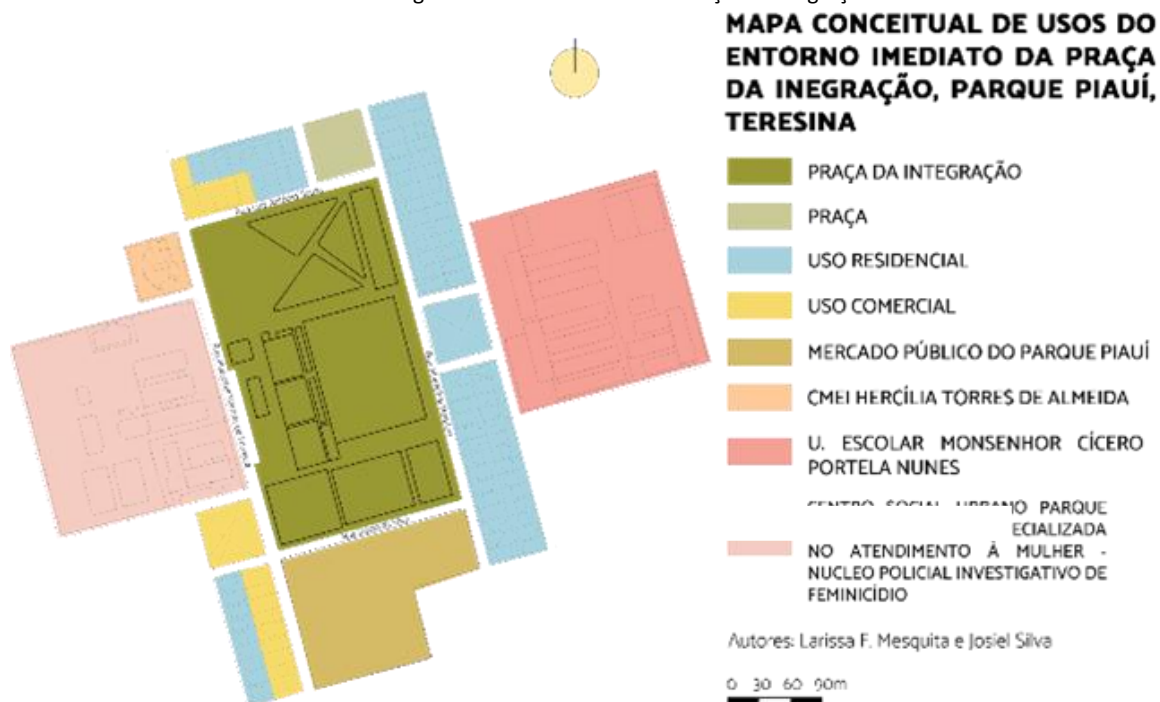
Segundo Peregrino, Brito e Silveira (2017), espaços livres públicos, quando devidamente conectados fisicamente ao tecido urbano, possuem o potencial de serem um grande sistema benéfico e democrático.

O bairro Parque Piauí encontra-se entre os bairros da Zona Sul de Teresina. Seu início data de 1967, a partir do Conjunto Parque Piauí, que contava com 2.294 unidades habitacionais. Esse conjunto “foi ampliado em 1977, tornando-se mais tarde o bairro Parque Piauí que chegou a ser o mais populoso da cidade” (Cruz, Espindola e Carneiro, 2016, p. 8). O bairro apresenta área de 1,10 km², 11.307 habitantes (Teresina, 2019) e contém 11 praças espalhadas pelo bairro. Entre os espaços livres do Parque Piauí, destaca-se a Praça da Integração, objeto deste estudo.

5 USOS E APROPRIAÇÃO DA PRAÇA DA INTEGRAÇÃO, PARQUE PIAUÍ

A Praça da Integração, localizada no Parque Piauí, possui formato retangular e regular, está implantada próxima à região mais movimentada do bairro e tem em seu entorno o Centro Social Urbano do Parque Piauí, o Núcleo Investigativo de Combate ao Feminicídio, a Unidade Escolar Cícero Portela Nunes e o Hospital do Parque Piauí (Figura 2).

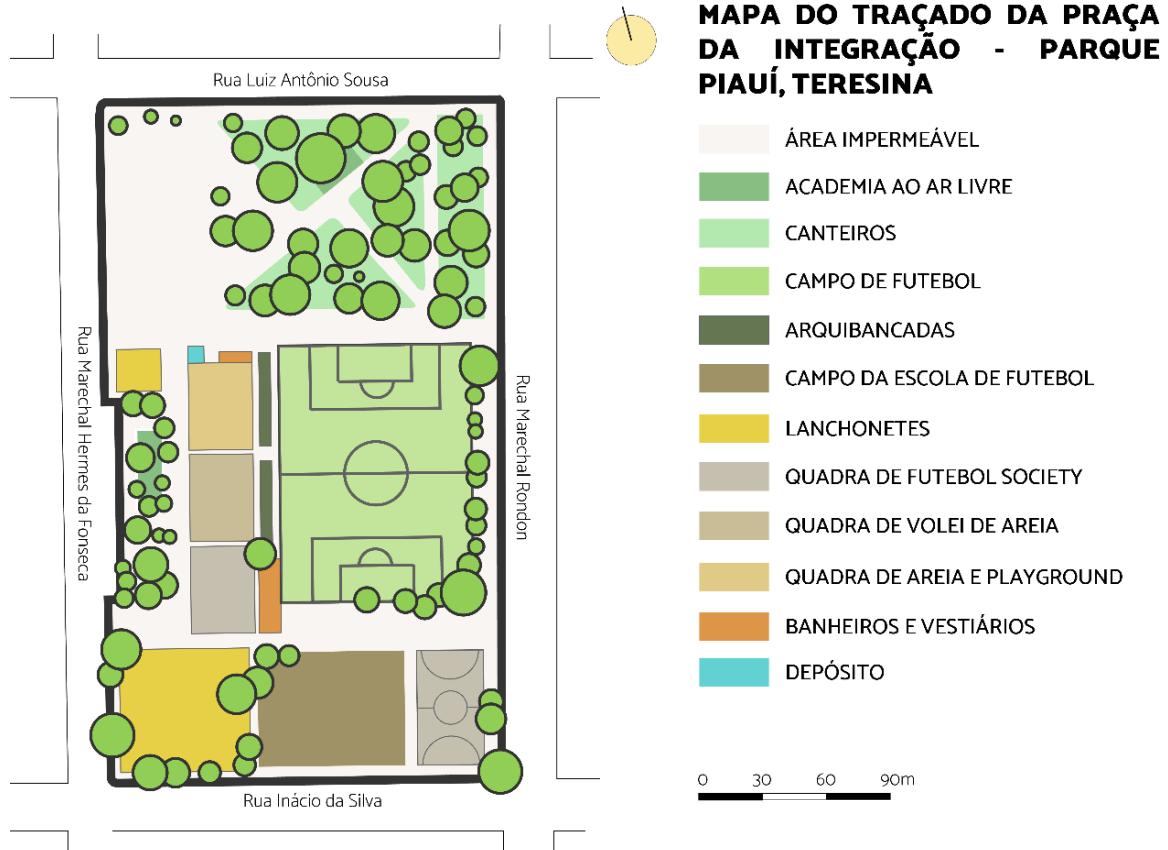
Figura 2 - Uso do entorno da Praça da Integração



Fonte: Teresina (2019), modificado por Larissa Mesquita.

A Praça da Integração conta ainda com uma grande área sem vegetação coberta por piso impermeável, com vista para a Rua Marechal Hermes da Fonseca (Lado Oeste). Essa área serve como local para eventos, como feiras, além de receber parques de diversão e circos itinerantes em determinadas épocas do ano. A Rua Marechal Rondon (Lado Leste), por sua vez, tem função unicamente residencial, é bem arborizada e fica sombreada na maior parte do dia. Essa área é mais intensamente usada pelos moradores que residem nas quadras próximas à praça, onde reúnem-se para conversar nos bancos da praça ou para contemplar o ambiente ao ar livre (Figura 3)

Figura 3 - Croqui da Praça da Integração com os equipamentos existentes



Fonte: Teresina (2019), modificado por Larissa Mesquita.

A praça é intensamente usada, principalmente na parte da tarde e da noite dada sua localização privilegiada dentro do bairro e por contar com vários equipamentos, como quiosques de lanchonetes e quadras de futebol e areia. Esses equipamentos são quase diariamente utilizados para treinos informais e atividades físicas. O uso mais intenso da praça foi observado no período da manhã, restringindo-se, apenas, à visitação por parte de pessoas fazendo caminhada ou passeando com cachorros e ao uso esporádico de suas academias ao ar livre.

A venda de alimentos nos quiosques e lanchonetes está entre as atividades que garantem a intensa apropriação da praça (Figura 4). Esses espaços atraem bastante usuários no final da tarde e à noite. O intenso fluxo de pessoas atraiu atividades paralelas, como o aluguel de brinquedos para crianças e vendedores ambulantes (Figura 5).

Figura 4- Lanchonete na praça



Figura 5 - Aluguel de brinquedos na praça



Fonte: Fotos de Larissa Mesquita (2020)

As visitas à praça mostraram ausência de brinquedos , embora haja registros de um pequeno playground localizado na quadra de areia. Contudo, visitas mais recentes ao local mostram que esses equipamentos foram retirados , visto que estavam em péssimo estado de conservação (Figura 6). No entanto, é importante ressaltar que, mesmo sem um espaço adequado, as crianças continuavam a apropriar-se da praça, inclusive modificando seu espaço, como, por exemplo, ao desenharem no chão o traçado do jogo de “amarelinha” com giz (Figura 7).

Figura 6 - Brinquedo danificado



Figura 7 - Jogo de amarelinha pintado no piso



Fonte: Fotos de Larissa Mesquita (2020)

A Praça da Integração apresenta dois tipos de quadras esportivas diferentes, além de dois campos de futebol, sendo que um desses apresenta dimensões oficiais (Figura 8). Isso faz com que a praça sempre tenha muitos usuários, alguns para jogar e outros para acompanhar os jogos que acontecem nas quadras (Figura 9).

Figura 8: Campo de Futebol



Figura 9: Moradores assistindo às patidas



Fonte: Fotos de Larissa Mesquita (2020)

Em relação ao seu estado de conservação, observa-se que o campo de futebol possui boa manutenção, sua grama é aparada diariamente, além de ser irrigada durante vários horários do dia. Esse perfil contrasta com a situação das outras quadras na praça, as quais apresentam estruturas danificadas ou que foram retiradas. Esse contraste deve-se ao fato de que o campo de futebol é mantido pela Liga Esportiva do Parque Piauí, que financia sua manutenção, enquanto as outras quadras são mantidas pela prefeitura de Teresina.

É importante destacar que o fluxo de usuários descrito acima foi observado antes da pandemia do novo coronavírus. Durante o período de isolamento social, os trabalhadores do aluguel de brinquedos não frequentavam a praça e as lanchonetes funcionaram apenas com sistema de delivery, fato que diminuiu a quantidade de usuários nos períodos da tarde e da noite. No entanto, moradores do entorno da praça continuaram a utilizá-la, mesmo durante a quarentena, como ponto de encontro ou para a realização de atividades esportivas. O chamado *lockdown* determinou medidas mais rígidas de isolamento na capital, Teresina, durante o fim de semana. Assim, o uso da praça diminuiu bastante, pois era utilizada somente por moradores de seu entorno (Figura 10).

Figura 10 - Imagens da Praça da Integração durante a pandemia



Fonte: Fotos de Larissa Mesquita (2020)

Destaca-se que a Praça da Integração é bastante utilizada, apesar de não apresentar manutenção adequada de seus equipamentos. A demanda e a significação social que o espaço tem para com seus usuários facilita a apropriação mais intensa do local. Os horários de maior

fluxo de pessoas na praça são a manhã e a noite, sendo mais incipiente à tarde. No entanto, as formas de apropriação do espaço diferem de acordo com o período do dia.

Durante a manhã, seu uso concentra-se nas áreas dos canteiros e da academia ao ar livre próximas à Rua Marechal Hermes da Fonseca. Nesse horário, os usuários preferem atividades mais passivas, como caminhadas leves, passeio com animais de estimação ou contemplação do ambiente. Na parte da tarde, a quantidade de usuários da praça diminui bastante, ficando reduzida, apenas, a transeuntes ou moradores de seu entorno, os quais concentram-se na parte leste da praça, próxima à rua Marechal Rondon - área mais arborizada, dadas as altas temperaturas, visto que a praça não apresenta muitas áreas sombreadas.

À noite, a intensidade e a diversidade das formas de apropriação do espaço aumentam consideravelmente. Os usuários do local utilizam praticamente toda a extensão da praça, seja para caminhadas ou corridas, aproveitando as academias ao ar livre, a prática de atividades esportivas no complexo de quadras, além de lazer passivo, o qual é mais comumente realizado pelos moradores de seu entorno.

Para Sousa *et al.* (2008), projetos de áreas livres devem estar conectados ao perfil da população e sua concepção deve considerar fatores, tais como a adequação social, funcional, ambiental e estética, de modo que as praças possam estar em perfeita integração com o público alvo e serem devidamente apropriadas pela comunidade.

Dessa forma, a Praça da Integração encontra-se bem apropriada pela população de seu entorno próximo, pois apresenta atividades diversas, que atendem a vários grupos de residentes. Contudo, existem falhas em sua manutenção e de seus equipamentos, necessitando de melhor cuidado.

6 CONCLUSÃO

Fatores físicos e sociais interferem na distribuição desigual de espaços livres públicos na zona sul de Teresina e, conseqüentemente, contribuem para a deficiente apropriação desses espaços, principalmente em bairros mais distantes e com população de menor renda.

Há relação entre o ano da construção de bairros e de conjuntos e a quantidade de praças nesses locais. Bairros mais antigos possuem maior quantidade de praças, enquanto novos bairros, formados principalmente a partir de conjuntos de habitações sociais, possuem poucas praças ou nenhuma.

Outro fator relacionado à distribuição desigual de espaços livres na zona sul é a disparidade entre a densidade demográfica e a área de cada bairro, fato que prova a existência de grandes vazios urbanos na região. Bairros de grande extensão física, porém com baixa densidade demográfica, possuem poucas praças ou nenhuma. Esse cenário contribui para o aumento da segregação física e espacial de seus moradores, tendo em vista que o uso de espaços livres comunais contribui para o aumento das relações entre moradores e para melhorar a qualidade de vida urbana.

A Praça da Integração, no bairro Parque Piauí, é exemplo de boa apropriação desses locais, dada a diversidade de usos no local. Essa praça apresenta quadras esportivas,

lanchonetes e espaços para a prática de exercícios físicos, Também tem boa localização, pois está próxima a uma área de grande fluxo de pessoas, o que garante maior número de usuários. Além disso, está localizada em um entorno predominantemente residencial, por isso seu uso contínuo por moradores que vivem próximos à praça - os quais têm o espaço como extensão de suas casas.

A Praça da Integração é bastante utilizada, apesar de não apresentar manutenção adequada de seus equipamentos. A demanda e a significação social dada ao local por seus usuários facilitam a apropriação mais intensa. Os horários de maior fluxo de pessoas na praça são durante a manhã e à noite, sendo mais incipientes à tarde, embora as formas de apropriação do espaço difiram de acordo com o período do dia.

Ressalta-se, então, a necessidade da devida manutenção e da criação de mais espaços livres urbanos, os quais são imprescindíveis para o bem-estar da população das cidades dos pontos de vista ambiental, social e de recreação, principalmente para populações de menor poder aquisitivo e que não possuem opções de lazer. Além de tudo, é essencial destacar sua importância para a melhoria da qualidade de vida urbana.

REFERÊNCIAS

ALIPRANDI, Danielly Cozer, TÂNGARI, Vera Regina. O Sistema de Espaços Livres no Estudo da Forma Urbana: Análise de problemas e potencialidades m Campos dos Goytacazes (RJ, Brasil). **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 19, n. e225280, 2022.

ALVARES, Lucia Capanema; DIAS, Paola Lisboa Codo. **Novos Cadernos NAEA**. v. 11, n. 2, p. 123-138, dez. 2008.

ARAGÃO, S. Entre o público e o privado: o uso dos espaços livres nas vilas e conjuntos de edifícios residenciais de classe média e de classe média alta implantados na cidade de São Paulo. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 13, 44-59,

CRUZ, Izabel Cristina de Souza; ESPINDOLA, Giovana Mira de; CARNEIRO, Eduilson Lívio Neves da Costa. Três décadas de expansão urbana e concentração populacional em Teresina, Piauí, Brasil. **Espacios**. v. 37, n. 24, 2016.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **Evolução de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociência da UFPE. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama: Teresina**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>. Acesso em: 08 fev. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LAY, M. C; Reis, A. T. O papel de espaços abertos comunais na avaliação de desempenho de conjuntos habitacionais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 35-39, jul./set. 2002.

LEMOS, Isabela Sollero; MARX, Janaina. Espaços livres como ativadores comunitários. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã, v. 7, n. 50, p. 111-129, 2019.

LIMA, Jesuíta. **Favela Cohebe: uma história de luta por habitação popular**. 2 ed. Teresina: EDUFPI: Recife: Bagaço, 2010.

LIMA, S. M. S. A.; LOPES, W. G. R.; FAÇANHA, A. C. (2019). Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, e20190037, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180037>

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia**. v. 10, n. 18, p. 264-272, jun., 2014.

MACEDO, Silvio Soares. Espaços livres. **Paisagem e ambiente**, n. 7, p. 15-56, 1995.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaço livre: objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente: ensaios**. São Paulo, n. 21, p. 175-198, 2006.

MARTÍNEZ-VALDÉS, Valentina; SILVA RIVERA, Evodia e GONZÁLEZ GAUDIANO, Edgar (2020). Parques urbanos: un enfoque para su estudio como espacio público. **Intersticios Sociales**, El Colegio de Jalisco, n. 19, marzo-agosto, 2020.

MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades: o caso da cidade Porto.

Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v. 2, n. 4, p.17-33, jul. 2010.

MEDEIROS, Valério. **Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras**. Brasília: Edu-UnB, 2014.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago., 2007.

OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. Análise da Qualidade de Vida Urbana Sob a Ótica dos Espaços Públicos de Lazer.

Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007.

ORTIZ, Sérgio Ricardo Lessa; MACEDO, S. S. Paisagem contemporânea: Os espaços livres da Barra da Tijuca. In:

ENCONTRO NACIONAL DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 7, 2004. Minas

Gerais. **Anais [...]**, Belo Horizonte: FAUUFMG, 2004.

PEREGRINO, Y. R.; BRITO, A. L. R.; SILVEIRA, J. A. R. O espaço livre público como lócus de oportunidade e da

integração socioespacial da cidade: o caso da favela Beira Molhada, em João Pessoa – PB, Brasil. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 3, p. 456-473, set./dez., 2017.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de espaços livre urbanos: construindo um

referencial teórico. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 24, p. 81-87, dez. 2007.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de Espaços Livres e Esfera Pública em Metrôpoles Brasileiras. **Resgate:**

artigos & ensaios. São Paulo. v. 19, n. 21, jan/jun, 2011.

ROSANELI, Alessandro Filla *et al.* Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça

Tiradentes em Curitiba/PR. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 8, n. 3, p. 359-374, 2016.

SILVA, Denielle Fernandes da; CARMO, Judite de Azevedo do. Uso e apropriação da Praça Central de Colíder, Mato

Grosso. **Geografia em Questão**, v. 10, n. 02, 2017.

SILVA, Guilhermina.; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, João Batista. Evolução, mudanças de uso e apropriação de

espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 197-212, jul./set., 2011.

SOUSA, Giuliana de Brito; LOPES, Wilza Gomes Reis; ALVES, Marta Raquel da Silva; MATOS, Karenina Cardoso. Uso e

apropriação de Espaços Livres Públicos e seus Reflexos na Paisagem Cultural em Bairros Periféricos da Cidade de

Teresina. In: TERRA, Carlos G.; ANDRADE, Rubens Oliveira. **Coleção Paisagens Culturais: Materialização da Paisagem**

através das Manifestações Socioculturais. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008, v. 1, p. 434-441.

SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na

promoção da qualidade de vida em cidades. **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v. 29, p.177-193, dez., 2013.

TERESINA. Prefeitura Municipal. **Lei nº 1.932 de 16 de agosto de 1988**. II Plano Estrutural de Teresina. Teresina:

PMT, 1988.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLAM. **Aspectos e Características - Perfil 1993**. Teresina:

Prefeitura Municipal de Teresina, 1993.

TERESINA. **Teresina Agenda 2015**: Plano de Desenvolvimento Sustentável - Síntese. Teresina: PMT, 2002a.

TERESINA. **Teresina Agenda 2015**: a cidade que queremos. Diagnósticos e cenários – Habitação. Teresina, 2002b.

TERESINA. **Teresina Agenda 2030**. PMT, 2015.

TERESINA. **Perímetro Urbano da cidade de Teresina, Piauí**. PMT, 2019.

TERESINA. **Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral**. Perfil dos Bairros: Sdu/Sul. Teresina, 2018.
Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/sdu-sul/>. Acesso em: 15 set. 2021.

VALENTINI, Daiane Regina; FACCO Janete; CONDE, Queila Rissi. A paisagem e o sistema de espaços livres públicos urbanos: uma integração necessária ao planejamento da região da EFAPI, Chapecó/SC, Brasil. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 38, n. 3, p. 34-55, 2020.